

Estudo das áreas verdes e espaços de uso público em Vila Velha – ES

Suzany Rangel Ramos

Universidade Vila Velha, Arquitetura e Urbanismo , Vila Velha (ES), Brasil
suzany.r@hotmail.com

Larissa Leticia Andara Ramos

Universidade Vila Velha, Arquitetura e Urbanismo , Vila Velha (ES), Brasil
larissa.ramos@uvv.br

Luciana Aparecida Netto de Jesus

Universidade Vila Velha, Arquitetura e Urbanismo , Vila Velha (ES), Brasil
luciana.jesus@uvv.br

RESUMO: As áreas verdes possuem importante função no contexto urbano. Além de serem habitat natural, interferem positivamente em seu entorno, promovendo melhor qualidade de vida através de suas funções naturais. Essas áreas, além de proporcionarem qualidade visual, trazem qualidade térmica. A vegetação é responsável por criar um microclima agradável para a permanência das pessoas num determinado local. Os espaços livres de uso público são considerados essenciais na cidade e são fundamentais pois favorecem a integração, o desenvolvimento de atividades sociais e vitalidade urbana. Assim, a pesquisa visa identificar as áreas verdes e os espaços livres de uso público da cidade de Vila Velha – ES, tendo como recorte a Regional 01 – Grande Centro, a fim de classificá-las no contexto urbano. O método de identificação e classificação dessas áreas foi a partir do uso de imagens satélite e visitas de campo, além de mapeamento através do programa ArcGIS. Como resultado, foi identificado a falta de praças e parques públicos. As áreas verdes estão concentradas em áreas de relevo acentuado e de preservação permanente às margens da Baía de Vitória. Percebeu-se também que essas áreas são distribuídas desigualmente entre os bairros da Regional 01 – Grande Centro.

Palavras-chave *Áreas verdes; espaços livres de uso público; planejamento urbano.*

1. INTRODUÇÃO

A qualidade de vida da população residente nas cidades é uma abordagem que vem assumindo proporções significativas. As relações entre o ambiente construído e o ambiente natural, os espaços de circulação, espaços de permanência agradáveis ao ar livre e as áreas verdes da cidade são fundamentais para alcançar uma boa qualidade de vida.

O processo de urbanização gera pressões no uso e na ocupação do solo das cidades, impondo a substituição de áreas naturais por centros construídos. As mudanças estruturais, sofridas pelas cidades devido a uma urbanização desordenada, geram problemas ambientais que conseqüentemente afetam a qualidade de vida e a saúde da população.

Neste cenário, com a modificação de ambientes naturais a partir do adensamento dos edifícios, da concentração de indústrias, da abertura de vias, da impermeabilização do solo, da redução das áreas verdes, dentre outras ações impactantes do uso do solo urbano; o conforto ambiental nas cidades é modificado, alterando o microclima local e a qualidade do ar, gerando poluição sonora, aumento de temperaturas e de consumo energético.

É importante ressaltar que todas as pessoas têm o direito de usufruir dos espaços da cidade de forma igualitária e saudável, e para que isso aconteça de forma plena é preciso que a cidade seja viva. A cidade viva, segundo Gehl (2014), é aquela que convida as pessoas a caminhar, pedalar, ou permanecer nos espaços livres que ela oferece. A presença de pessoas circulando pela cidade a torna mais agradável e segura. A cidade viva é aquela que dá ênfase e prioridade ao pedestre com a finalidade de se alcançar um espaço com mais vitalidade.

Os espaços públicos devem permitir a integração social e devem ser convidativos para todo tipo de necessidade humana. Tais espaços favorecem a integração, o desenvolvimento de atividades sociais e a vitalidade urbana, além de auxiliarem na oxigenação e renovação do ar. Quando bem equipados, arborizados, seguros, acessíveis e com boa geometria, são bem frequentados e contribuem para a qualidade ambiental urbana. A condição microclimática destes espaços também constitui um elemento determinante para sua qualificação, podendo interferir na quantidade e na forma de usos.

O geógrafo Milton Santos (1994, p.49) considera espaço como “[...] o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não.” O autor entende o espaço como um misto de materialidade e sociedade, uma instância social e o lugar material dos acontecimentos (SANTOS, 1994).

Segundo Magnoli (1982 apud Queiroga 2014), os espaços livres correspondem a todo espaço sem a presença de edificação, livre de urbanização, ou seja, espaços descobertos, urbanos ou não, com ou sem vegetação, públicos ou privados. Gomes (2004) ainda enfatiza que o espaço público é, antes de tudo, qualquer tipo de espaço onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e à participação de qualquer tipo de pessoa.

Para Gehl (2014), os espaços livres de uso público, além de servirem como espaços de atividades recreativas e de lazer, também garantem uma importante arena para grandes encontros, manifestações e protestos políticos. Geralmente essas áreas estão localizadas em pontos estratégicos da cidade, em proximidade com centros urbanos, ou perto de monumentos importantes, facilitando, assim, a agregação de pessoas.

Deste modo, considerando as noções acima, os espaços livres abrangem os espaços públicos como praças, parques, ruas, praias urbanas além de terrenos privativos sem construções e vazios com ou sem potencial para áreas sociais. Dentre esses espaços, destacam-se como elementos de fundamental importância para a qualidade de vida da população, as praças e os parques urbanos.

Praças são consideradas espaços livres públicos inseridos na malha urbana com a função de incentivar a vida comunitária e também servem como elemento organizador da rede viária. Possuem área equivalente à da quadra e geralmente possuem vegetação, canteiros, bancos e outros mobiliários urbanos (CARNEIRO E MESQUITA, 2000).

Parques urbanos, segundo Carneiro e Mesquita (2000, p. 28) “são espaços livres públicos com função predominante de recreação, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica urbana”. Ainda segundo o autor, os parques possuem elementos da paisagem natural tais como vegetação, água e topografia, além de construções destinadas às atividades recreativas, esportivas, culturais e administrativas.

A vegetação é, sem dúvida, um componente necessário ao espaço urbano. Além da função paisagística, diversas são as atribuições da vegetação urbana nos aspectos ambientais, econômicos e sociais, indispensáveis ao equilíbrio ecológico e à qualidade de vida da população (LAMAS, 1993).

Givoni (1998) destaca que as áreas verdes possuem características que as diferenciam das áreas construídas, tais como: alta taxa de evaporação, baixa capacidade e condutividade térmica e baixo albedo, pois a reflexão da radiação solar é pequena. Deste modo, as áreas verdes podem exercer diversas funções, desde valores sobre as condições ambientais até potenciais recreativos e de elementos de destaque na paisagem urbana.

Vale destacar ainda que a quantidade de vegetação urbana tem sido mensurada através de indicadores que expressam a superfície da área verde por habitantes (IAV = Índices de Áreas Verdes) ou proporção do solo ocupado pela arborização (PAV = Percentual de Áreas Verdes). A Organização das Nações Unidas (OMS) recomenda um mínimo de 12 m² de área verde por habitante. Estocolmo, por exemplo, é uma das cidades com o maior índice de áreas verdes do mundo, com cerca 86 m² de área verde para cada habitante, além disso, 90% da população desta cidade tem acesso a áreas verdes num raio de 300 metros em relação a suas residências (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2012).

Na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo (município utilizado como estudo deste trabalho), verifica-se carência de espaços livres de uso público que interagem com a população. A falta de planejamento urbano, o adensamento populacional e o processo de urbanização da cidade resultaram na substituição de ambientes naturais por espaços construídos. Esta nova configuração da cidade traz hoje um cenário preocupante, não só pelos seus efeitos psicológicos e sociais, mas, sobretudo, por afetar a integridade física, principalmente de crianças e adolescentes que necessitam de espaço para brincarem e socializarem.

Neste sentido, é que se pretende, através deste artigo, apresentar um levantamento das áreas de uso público e das áreas verdes existentes no município de Vila Velha - ES, em especial na Regional 01- Grande Centro, a fim de identificá-las e classificá-las dentro do cenário urbano.

2. MATERIAL E MÉTODO

Para a realização deste trabalho, foram realizadas leituras de bibliografias referentes a espaços livres públicos e áreas verdes, a fim de contextualizar e conceituar as áreas estudadas. Alguns conceitos como os de paisagem urbana, áreas públicas, áreas verdes, praças e parques foram importantes para a análise dos espaços, dando base para a identificação e classificação destes.

A identificação das áreas foi realizada utilizando imagens de satélite e dados geográficos disponibilizados pelo programa Google Earth, confrontando as informações presentes na *Lei nº 4.575/2007*, Plano Diretor Municipal da cidade de Vila Velha.

Após a identificação das áreas, foi desenvolvida uma base cartográfica digital, no programa ArcGIS, de geoprocessamento via satélite, para criação de base de dados, com legendas de identificação das áreas de convívio público e as áreas verdes.

As áreas mapeadas foram identificadas segundo Mendonça (2015, apud Mendonça et All 2012) que classifica os espaços livres de usos público em três grupos: espaços livres públicos de equilíbrio ambiental; espaços livres públicos de práticas sociais e espaços livres potenciais. Com as áreas identificadas e mapeadas foi possível realizar análises e comparações gerais entre as informações coletadas, através de indicadores. Ressalta-se neste trabalho, a análise dos dois grupos consolidados: espaços livres públicos de equilíbrio ambiental e de espaços práticas sociais.

3. CARACTERIZAÇÃO URBANA DA REGIONAL 01 – GRANDE CENTRO

Considerada a cidade mais antiga do Estado do Espírito Santo, Vila Velha é também a segunda mais populosa do Estado. Limita-se ao norte com o município de Vitória; ao sul com Guarapari; a leste com o oceano Atlântico e a oeste com os municípios de Viana e Cariacica. Para sua melhor organização possui cinco regiões administrativas (Fig. 1). Foi fundada em 1535 e, de acordo com o Censo de 2010, possui 414.586 habitantes e área de unidade territorial de 209,965 km² (IBGE, 2010). O descaso com relação às suas áreas livres de uso público e suas paisagens não é recente, provavelmente iniciou-se com a formação da região metropolitana de Vitória (SILVA, 2010).

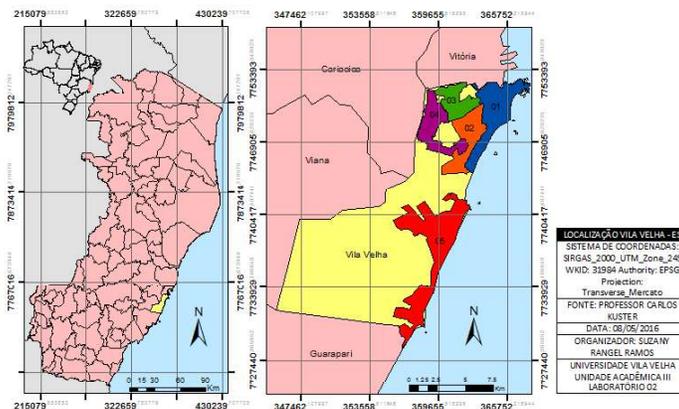


Figura 1. Localização do Município de Vila Velha e suas regiões administrativas - ES. Fonte: Acervo da Pesquisa, 2016.

De acordo com a Lei Municipal nº 4707/2008, a Região 01 – Grande Centro (Em azul na figura 1) abrange 18 (dezoito) bairros da cidade de Vila Velha-ES (Fig. 2). Foi escolhida como recorte desta pesquisa por ter grande importância no eixo cultural, econômico e político do município. É também uma regional densamente povoada e que atrai grande quantidade de pessoas todos os dias, devido à concentração do comércio.

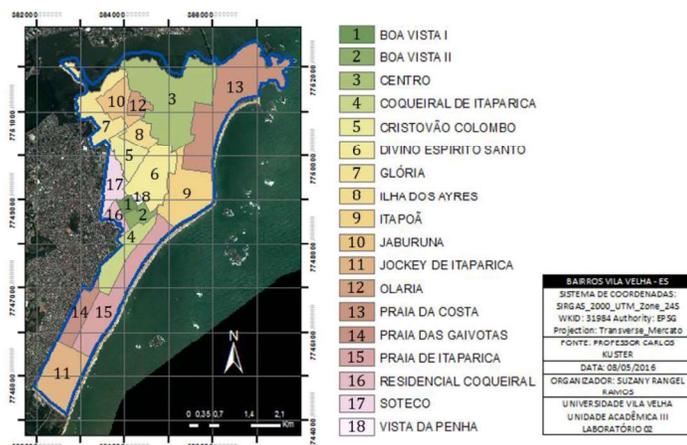


Figura 2. Identificação dos bairros da Regional 01. Fonte: Acervo da Pesquisa, 2016.

De acordo com o Plano Diretor Municipal de Vila Velha, a Regional 01 é constituída por Zonas de Ocupação Prioritárias (ZOP), Zonas de Proteção Ambiental e Cultural (ZEPAC) e Zonas de Especial Interesse Ambiental (ZEIA), além de possuir uma rede hidrográfica de potencial e importantes monumentos naturais e culturais de interesse de preservação, com destaque para o Convento da Penha, Sitio Histórico da Prainha, Morro do Moreno e as Orlas das praias (Fig. 3 e 4).



Figura 3. Morro do Moreno. Fonte: Acervo da Pesquisa, 2016



Figura 4. Orla da Praia da Costa. Fonte: Acervo da Pesquisa, 2016.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO PARA PRÁTICAS SOCIAIS

Segundo Mendonça (2015), os espaços livres de uso público de práticas sociais são aqueles destinados ao lazer, atividades recreativas e esportivas. Fazem parte deste grupo as praças, parques urbanos, os trechos de orlas marítimas urbanizadas (Calçadão), espaços residuais associados à malha viária e faixa de areia da praia próxima ao mar.

A Figura 5 ilustra as áreas livres de uso público para práticas sociais da Regional 01, limitando-se somente a análise das praças. De acordo com o mapeamento, apenas 34% da população residente na Regional estudada possui, em um raio de 300 metros, acesso as

praças. Percebe-se, desta forma, uma má distribuição dos espaços livres para práticas sociais entre os bairros da Regional. Enquanto alguns deles possuem 4 praças, outros não possui nenhuma, refletindo a desigualdade de investimentos.

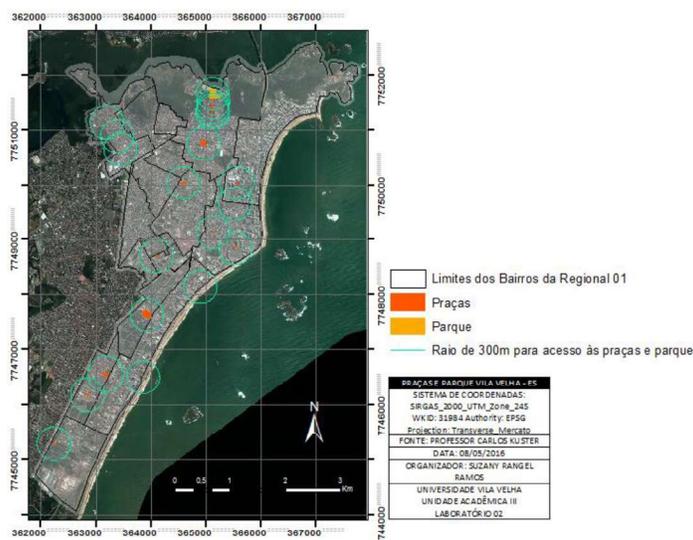


Figura 5. Mapeamento das áreas livres de uso público destinada a práticas sociais da Regional 01.
Fonte: Acervo da Pesquisa, 2016.

Seis bairros da Regional 01 (Vista da Penha, Soteco, Residencial Coqueiral, Olaria, Cristóvão Colombo e Boa Vista I) não possuem espaços livres de práticas sociais (Fig. 5).

Destaca-se com maior quantidade de espaços livres de uso público destinado a práticas sociais, o bairro Centro, com $6,14\text{m}^2/\text{hab}$, reunindo assim quatro praças e uma ampla área livre denominada “Parque da Prainha”, que apesar de receber nomenclatura de parque, é, na verdade, um grande espaço aberto, descoberto e árido, com falta de equipamento, infraestrutura e mobiliário.

4.1 ANÁLISES DAS PRAÇAS

Dentre as análises de espaços livres de uso público para práticas sociais deu-se foco na análise e caracterização das praças. Atualmente, na Regional estudada, as praças têm fundamental importância no cotidiano da população, pois são os espaços livres de maior acessibilidade dentro da malha urbana, uma vez que grande parte das áreas verdes estão situadas em áreas com alta declividade e difícil acesso.

De acordo com o Manual de Espaços Públicos (PROGRAMA SOLUÇÕES PARA CIDADES, 2013) há algumas características básicas para definir as condições de um espaço público, a fim de identificar seus problemas e potencialidades para futuras adaptações e investimentos, tais como: Acessibilidade; arborização; segurança; áreas de estar e permanência; atividades realizadas, etc.

A partir da identificação desses elementos foi possível perceber a qualidade das praças da Regional 01, das carências encontradas e das suas necessidades. Foram identificadas 19 praças na Regional, sendo estas distribuídas de forma desigual e localizadas, principalmente, em bairros de maior renda per capita.

As praças da Regional possuem usos diversos. As do Centro, situadas no sítio histórico da Prainha, por exemplo, não possuem equipamentos destinados à recreação, mas são praças arborizadas e voltadas ao descanso, pois seus usuários são, em geral, idosos e moradores do bairro. Já as praças dos bairros “Praia das Gaivotas” e “Coqueiral de Itaparica” possuem equipamentos voltados à recreação, como quadras esportivas, playgrounds e academias populares, além de possuir vivência noturna, uma vez que possuem instalações destinadas à alimentação.

O Gráfico 1 representa uma síntese das análises nas praças da Regional 1, referentes às infraestruturas básicas para a qualidade das mesmas (acessibilidade, policiamento, iluminação, ponto de ônibus e de taxi). Percebe-se que grande parte das praças é carente em policiamento e acesso ao transporte público ou particular. Cerca de 50% das praças analisadas são acessíveis e todas elas possuem iluminação e lixeiras.

O Gráfico 2 qualifica as praças da Regional 1 em relação a seus atrativos. O item menos presente nas 19 praças são os playgrounds, academias populares e quadras esportivas, uma vez que esses últimos dois equipamentos são características dos novos modelos de praça. Apesar de todas as praças possuírem espaços de descanso, grande parte delas é carente de arborização, elemento fundamental para geração de áreas sombreadas que proporcionam maior conforto térmico e qualidade ambiental urbana.

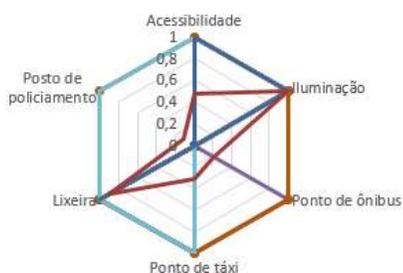


Gráfico 1. Infraestrutura das praças da Regional 01. Fonte: Acervo da Pesquisa, 2016.

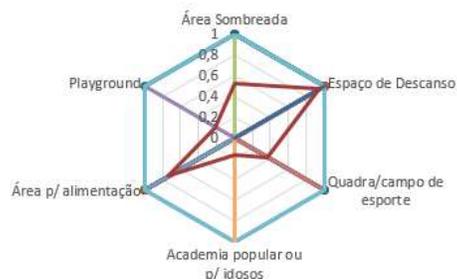


Gráfico 2. Elementos de atração e vivência das praças da Regional 01. Fonte: Acervo da Pesquisa, 2016.

5. IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO DE EQUILÍBRIO AMBIENTAL

Os espaços livres de uso público de equilíbrio ambiental compreendem as áreas cobertas de vegetação de significativo valor paisagístico - ambiental, que envolvem as unidades de conservação e demais áreas de valor paisagístico-ambiental (Mendonça, 2015).

Foram consideradas no mapeamento dos espaços livres públicos de equilíbrio ambiental as Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIAs), as Zonas de Equipamento Especial (ZEEs) e alguns terrenos privativos com vegetação predominante. Estes espaços representam as áreas de relevo acentuado próxima à Baía de Vitória, as ilhas oceânicas e a vegetação de restinga ao longo do litoral (Fig. 6).

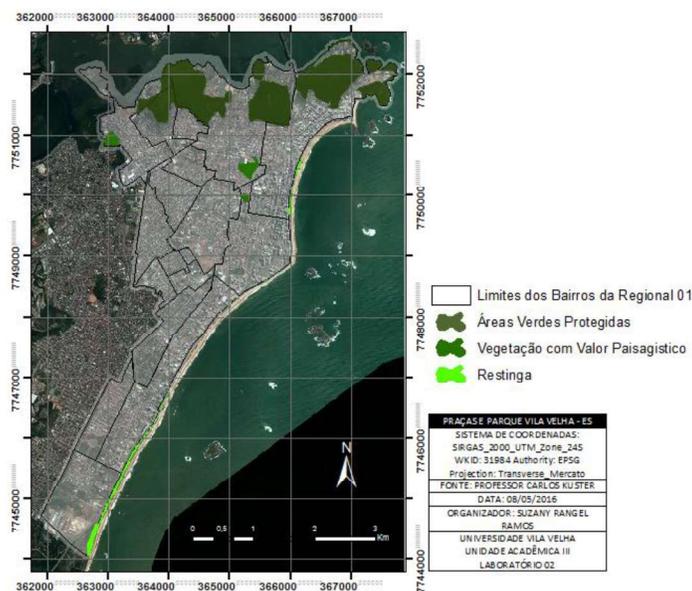


Figura 6. Mapeamento das áreas livres de uso público de equilíbrio ambiental da Regional 01.
Fonte: Acervo da Pesquisa, 2016.

Para o cálculo do Índice de Área Verde da Regional 01 foram consideradas as Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIAs), as Zonas de Equipamento Especial (ZEEs), restinga e a arborização das praças. Não foram consideradas as ilhas oceânicas (pela distância da malha urbana) e nem arborização de vias públicas e praias, que apesar de possuírem importância paisagística e no equilíbrio ambiental urbano, estes dados serão analisados em pesquisas posteriores.

De acordo o mapeamento, o Índice de Áreas Verdes da Regional 01 é de aproximadamente $15,88\text{m}^2/\text{hab}$. Apesar deste índice estar acima do mínimo recomendado pela OMS ($12\text{m}^2/\text{hab}$), constatou-se que grande parte destes espaços são constituídos por unidades de preservação permanente e, portanto, são áreas de acesso restrito à população, com inadequada infraestrutura de suporte aos usuários, vulnerabilidade social, além de serem espaços concentrados, privilegiando os bairros nas imediações.

O Centro também é o bairro que possui o maior Índice de Área Verde, tendo $137,7\text{m}^2/\text{hab}$. Este número reflete a presença de Zonas Especiais de Interesse Ambiental, como o Morro do Convento da Penha e parte do Morro Jaburuna.

O Gráfico 3 mostra o percentual de bairros que possuem índice de áreas verdes abaixo e acima de $12\text{m}^2/\text{hab}$. Pode-se perceber a discrepância na distribuição dessas áreas, uma vez que 77,8% dos bairros possuem esse índice igual a zero, ou seja, apresentam ausência de áreas verdes significativas nos bairros.

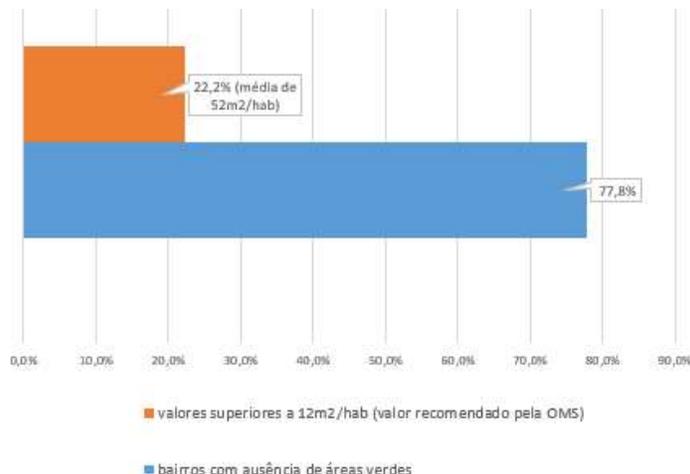


Gráfico 3. Índice de áreas verdes dos bairros da Regional 01. Fonte: Acervo da Pesquisa, 2016.

Nos demais bairros, mais afastados às áreas de equilíbrio ambiental, além da carência de áreas verdes, verificou-se também a ausência de espaços públicos para práticas sociais, como é o caso dos bairros “Divino Espírito Santo” e “Soteco”, que possuem, aproximadamente, 8 mil habitantes cada um deles, e ambos não possuem nenhum tipo de espaço livre de uso público.

Esses indicadores são importantes para mostrar o investimento regressivo do poder público, uma vez que cria melhor infraestrutura e melhores espaços de convivência em bairros já consolidados, deixando os mais precários sem o direito de usufruir de bons espaços.

6. CONCLUSÃO

O Município de Vila Velha tem crescido muito rapidamente nesses últimos anos. Juntamente com o desenvolvimento observa-se um aumento populacional, aumento do fluxo de veículos automotores, redução das áreas verdes, expansão periférica de novos bairros e verticalização dos bairros próximos à orla, desconsiderando as áreas livres de uso público da cidade e provocando significativas alterações microclimáticas, num local que já apresenta características de temperaturas elevadas. Esse crescimento urbano desordenado, sem planejamento adequado, tem afetado também o acesso, o usufruto, a manutenção, a visibilidade e a qualidade dos elementos da paisagem urbana da cidade, das áreas verdes e dos espaços públicos.

De acordo com o mapeamento elaborado, percebeu-se que há predominância de praças na Regional 01 - Grande Centro. Foram identificadas 19 praças, sendo que grande parte delas estão localizadas em bairros com melhor infraestrutura.

A má distribuição das praças ocorre entre os bairros da Regional, enquanto alguns deles possuem até 4 praças, outros não possui nenhuma, refletindo a desigualdade de investimentos.

Na regional em estudo, as áreas verdes não atendem homogeneamente à população, pois se concentram em poucos bairros da cidade, em especial aqueles próximos ao litoral e às áreas de relevo acentuado próximas à Baía de Vitória.

Vale ressaltar que as áreas verdes existentes na regional em estudo não estão apenas presentes nos espaços livres urbanos, mas também nas encostas, na orla, nas via públicas e em lotes privados, que não foram consideradas nesta pesquisa.

Espera-se com este trabalho contribuir para novas pesquisas e intervenções futuras nos espaços livres de uso público da cidade de Vila Velha, em especial da Regional 01, visando melhorar a qualidade urbana, aumentar o índice de áreas verdes, acrescer áreas permeáveis, diminuir ilhas de calor e implantar novos espaços para as práticas de convívios sociais.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. B. *Espaços livres do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- GEHL, Jan. *Cidade para Pessoas*. São Paulo: Perspectiva. 2014.
- GIVONI, B. *Climate considerations in building and urban design*. New York: John Wiley & Sons, Inc, 1998.
- GOMES, P. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro. 2004.
- HARDER, I. C. F., RIBEIRO R.C. S., TAVARES A. R. Índices de área verde e cobertura vegetal para as praças do município de Vinhedo, SP. *Sociedade de Investigações Florestais*. R. Árvore, Viçosa-MG, v.30, n.2, p.277-282, 2006.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *CENSO DEMOGRÁFICO 2010*. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- Lei nº 4.575/2007. *Plano Diretor Municipal de Vila Velha, ES*. 2007
- MENDONÇA, E. M. S. *A importância metropolitana do sistema de espaços livres da região de Vitória – ES – Brasil*. In EURO ELECS 2015, Guimarães, Portugal. In Anais EURO ELECS 2015, Guimarães, Portugal, Vol. III, 2015. ISBN 978-989-96543-8-9.
- PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. *Metas de Sustentabilidade para os Municípios Brasileiros (Indicadores e Referências)*. Rede Nossa São Paulo. Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Agosto 2012.
- PROGRAMA SOLUÇÕES PARA CIDADES. *Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto*. Coordenação do Programa Soluções para Cidades, Simone Gatti – São Paulo, ABCP, 2013.
- QUEIROGA, Eugenio. *Da relevância pública dos espaços livres: um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p. 105-132, jun. 2014.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SILVA, Juliano Motta. Vila Velha deu as costas para o Convento da Penha. Minha Cidade, São Paulo, 11.122, Vitruvius, sep 2010 <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.122/3578>>